

Desgaste do governo cresce com a crise. Oposição reformista prefere "negociar". Significa aplicar as diretrizes impostas pelo FMI nos estados em que governa, em troca de novos financiamentos.

Os governadores dessa "oposição" já se comprometeram com FHC a demitir, privatizar e taxar os inativos.

Enquanto isso, as demissões prosseguem e os preços vão desvalorizando salários. A educação é destruída de alto a baixo.

**OS OPRIMIDOS É QUE PODEM RESOLVER SEUS PROBLEMAS PELAS PRÓPRIAS MÃOS!
NADA DE SEGUIR OS GOVERNADORES! NADA DE FRENTE COM OS CAPITALISTAS DESCONTENTES!
ORGANIZAR A LUTA NACIONAL DE MASSA PARA DERRUBAR O PACOTE FHC/FMI!
NADA DE ACEITAR A REDUÇÃO DE SALÁRIOS!
GREVE COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA PARA BARRAR DEMISSÕES! ORGANIZAR A GREVE GERAL!**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO X - Nº 169 - 2ª QUINZENA DE MARÇO DE 1999 - R\$ 1,00

Quinzena de Luta do Movimento Operário: A questão das demissões

Células de produção: mais um ataque à classe operária

Nacional

A eliminação de cargos é uma das formas que os capitalistas utilizam para aumentar a exploração sobre os operários. Essa é uma das imposições que a Ford coloca como condição para continuar mantendo algumas atividades de sua produção no ABC paulista. Nesse sentido, as negociações que a montadora está mantendo com a direção do sindicato procuram 'reestruturar os serviços' com a instalação das chamadas 'células de produção', onde, dentro da fábrica, funcionariam minipresas sob a supervisão de um coordenador. Seriam grupos de aproximadamente 50 operários que se responsabilizariam por um determinado setor de produção, de forma que cada grupo tem de se esforçar ao máximo para aumentar a produtividade, reduzindo o número de horas gastas para produzir um automóvel, no caso em questão. O objetivo é claro: aumentar a lucratividade, aproveitando ao máximo a força de trabalho (intelectual e manual) dos operários, eliminando cargos intermediários.

Ford e direção do sindicato se alinham contra os operários

Depois do anúncio da demissão de 2.800 operários na fábrica de São Bernardo, agora é a vez da fábrica do Ipiranga. A montadora está colocando 520 dos 1580 operários em licença remunerada

por duas semanas a partir do dia 15. O objetivo da licença é evitar uma possível mobilização dos operários contrários à aplicação da suspensão do contrato de trabalho (lay-off), que está sendo fechado entre a montadora e a direção do sindicato. Dessa forma, a convocação para o afastamento se dará sem resistência. Com essas medidas, o objetivo da montadora é pressionar os operários a aderirem ao programa de demissões voluntárias, que a pelegada apresenta como sendo 'vantajoso' para os trabalhadores, já que os patrões oferecem algumas migalhas a mais, a ponto de o diretor do Sindicato, Carlos Ortiz, declarar à imprensa burguesa 'que acredita que depois que os operários souberem que estarão em licença remunerada e, portanto, candidatos ao lay-off, poderão aderir ao desligamento definitivo'.

Nada de acordo com os capitalistas!!!

Temos denunciado constantemente em nossas publicações (periódico, folhetos etc.) que os acordos feitos pelos sindicatos com as montadoras e o governo sobre a redução de impostos não visam, nem de longe, evitar as demissões que se processam por todo o país em função da crise capitalista. Ao contrário, a redução de impostos (IPI, ICMS etc.), bem como as demissões têm apenas um objetivo: descarregar nas costas da classe operária todo o peso dessa crise e aumentar o lucro dos capitalistas. Prova disso é o exemplo da Fiat, em Betim-MG. No ano passado, a montadora fechou um acordo com o Sindicato nos moldes do que está sendo feito em São Paulo, onde a empresa se comprometeu a manter o nível de emprego. Resultado: durante o acordo, a Fiat demitiu 4.303 operários e terceirizou outros 3.287.

A ganância dos capitalistas não tem limite

De todas as formas, os patrões procuram abocanhar uma fatia cada vez maior do salário dos operários. Um exemplo está na A.B.S. Continental, fábrica de eletrodomésticos, na Moóca. Alegando que tem funcionários em excesso (550 em um total de 2.200 trabalhadores), o patrão quer tirar 17% dos salários pelo

aumento do desconto nos vale-transporte, refeição, assistência médica e cesta básica. Atualmente, os trabalhadores pagam 1% do valor do vale-transporte, R\$ 0,19 por refeição e desconto de 0,2% do salário a título de assistência médica. O objetivo do patrão é aumentar esses valores para 6%, do salário, R\$ 1,50 por refeição (em média 5% do salário) e 3% do salário em assistência médica e outros 3% pela cesta básica. Diante do ataque, qual é a posição do sindicato? De concordância com o roubo, mas com algumas ressalvas. Propõe-se a pesquisar preços de benefícios, considerando a qualidade etc., de forma que os trabalhadores possam ter, ao menos, um abatimento no assalto.

Redução de impostos renderá lucro extra aos capitalistas de 300 mil veículos

No último dia 11, a CUT promoveu um encontro nacional dos trabalhadores do setor automotivo, tendo por objetivo discutir supostas saídas para evitar que o aumento da capacidade instalada das montadoras seja acompanhado pela queda da produção, o que causaria mais demissões e fechamento de fábricas. Segundo dados do DIEESE, a capacidade produtiva das montadoras nos próximos anos chegará a 2,8 milhões de veículos. Hoje está em 2,5 milhões. Enquanto isso, a previsão de produção para este ano está em 1,4 milhão de unidades. Com a implementação das propostas defendidas pelas direções sindicais do país (redução do IPI, ICMS, etc), essa produção saltaria para 1,7 milhão. Ou seja, a CUT e seus sindicatos estão empenhados em ajudar os patrões a obterem um lucro extra só neste ano sobre mais 300 mil veículos, apenas com a redução de impostos. É claro que a crise capitalista é que dará a última palavra. Para as montadoras, ainda que a produção não cresça, um bom aumento de seus lucros já está assegurado pela redução de impostos. Quanto aos empregos, a recessão capitalista os ameaça cada vez mais. Somente com grande mobilização em defesa da divisão de todo o trabalho disponível entre todos os trabalhadores, sem redução salarial (escala móvel de trabalho) é que se poderá bloquear a ofensiva capitalista.



Oposicionistas capitulam e abandonam Itamar

Como já era esperado, bastou Fernando Henrique chamar os governadores para uma reunião e acenar com possibilidade de mudanças na Lei Kandir, a frente oposicionista se despedaçou. Os seis governadores que foram a Porto Alegre, após a moratória de Itamar, para formar um bloco de oposição correram à reunião com o Presidente, na tentativa de chegar a uma "solução" para o problema das dívidas dos Estados com a União.

A "Carta de Porto Alegre", assinada pelos sete governadores de oposição que apresentava as condições para negociar com FHC e que exigia o fim dos bloqueios de repasses aos Estados, não aguentou o menor vento do Planalto. Fernando Henrique Cardoso continuou bloqueando o repasse de verbas a Minas Gerais e Rio Grande do Sul e mesmo assim os chamados oposicionistas se curvaram diante da manobra do Presidente. Esse foi o motivo, segundo Itamar, de ter rompido com essa frente de oposição.

Os governadores do bloco de oposição fizeram de tudo para que o descontentamento não ultrapassasse os limites do direito constitucional e da defesa da governabilidade de Fernando Henrique. O Zeca do PT (MS) discordou até mesmo da constituição dessa frente de 7 governadores. Chegou a propor um encontro de todos os governadores, dizendo que os problemas são de todos os Estados e não só os de oposição. Disse também que a "Carta de Porto Alegre" não cria condições impositivas para a negociação. Não é por acaso que foi bajular Fernando Henrique Cardoso, quando este esteve em Corumbá. O governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, só na aparência se comportou como oposição. Defendeu o comparecimento à reunião, alegando que poderia questionar o bloqueio das contas e exigir a renegociação da dívida. Saiu dela com um encontro particular com FHC. E serviu de instrumento do governo para pressionar Itamar a ceder em sua posição de não negociar com FHC enquanto este não suspendesse o bloqueio. Está evidente que Olívio Dutra acabou sendo um aliado do governo federal no sentido de isolar Minas Gerais. Os governadores da oposição burguesa utilizaram do argumento de "isolamento" de Itamar para forçá-lo a ir ajoelhado à reunião do Planalto. A verdade é que o isolamento foi imposto pelo PT, PDT e PSB.

Os governadores do PT e demais oposicionistas aliaram-se a FHC contra a moratória de Minas

Desde o momento em que Itamar decidiu pela moratória, os seus aliados oposicionistas rejeitaram seguir o mesmo caminho e levantaram a bandeira contra o isolamento de Minas. O governo federal, que a princípio temeu uma moratória geral dos oposicionistas, logo viu que havia uma cisão no bloco. Cisão essa favorável a sua política de impor aos Estados as regras do Plano antinacional e antipopular. Utilizou do acordo para bloquear os devedores e obrigá-los à sujeição das regras impostas pelo FMI. Diante da insistência de Itamar em não ceder e da covardia dos demais oposicionistas, arquitetou uma reunião que isolaria definitivamente o governador de Minas.

Na "Carta de Porto Alegre", consta uma cláusula que exige de FHC o levantamento do bloqueio e que seu

atendimento comparece como condição para qualquer negociação com o governo federal. Os governadores oposicionistas rasgaram a Carta e atenderam o chamado do Planalto. Está aí por que foram os verdadeiros responsáveis pelo isolamento de Minas. A "solidariedade" com Itamar não passou de hipocrisia. Desde o momento que rechaçaram a via da moratória, colocaram-se pelo pagamento da dívida e por uma linha de conciliação. A reunião dos governadores foi uma vitória da aliança governista contra o bloco da oposição burguesa. Esta mais uma vez se mostra impotente diante do neoliberalismo. Cabe ressaltar o papel do reformismo petista nesse movimento de capitulação.

Somente a classe operária pode derrotar o Plano neoliberal

O fato do governo burguês de Itamar decretar a moratória e resistir isoladamente ao cerco de FHC despertou ilusões em alguns setores da esquerda. Correntes que sempre estiveram com o PT (PSTU, PCdoB etc), sindicatos, UNE e correntes de esquerda correram a prestar apoio ao governador de Minas. Abriram uma campanha cujo conteúdo é de que a moratória de Itamar é um passo para o não pagamento da dívida interna e externa. Fecham os olhos para o fato de que se trata de uma divergência interburguesa no quadro da política econômica pró-imperialista do governo. É bom observar como essas correntes de esquerda sobrevivem a reboque de um ou outro partido da oposição burguesa. Rechaçamos essa conduta seguidista.

A falência dos Estados é tão-somente um reflexo da crise geral do capitalismo. Nenhum setor da burguesia, por mais que se volte para posições nacionalistas, poderá traçar uma política progressista, como dão a entender os esquerdistas. A tarefa não é de apoiar Itamar contra o isolamento imposto pelos seus próprios aliados, aliados esses que sempre contaram com o apoio dessa esquerda. Trata-se de mostrar aos trabalhadores o choque interburguês e o lugar do PT na defesa de posições pró-capitalistas. E responder com as bandeiras do proletariado, extraídas do programa antiimperialista e anticapitalista. Organizar o movimento de massa contra o governo e o conjunto da burguesia. De forma que as bandeiras anti-imperialistas de não pagamento das dívidas interna e externa estejam ligadas às reivindicações mais elementares de emprego e salário. A estratégia da luta contra o governo pró-imperialista é a da revolução social, da ditadura do proletariado.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

“O que é isso companheiro”

O título acima corresponde a uma nota publicada no Jornal “Opinião Socialista”, do PSTU. Eis o seu começo: “Na falta de melhor palavra, para manter as boas maneiras, só podemos caracterizar como ridícula, lamentável e vergonhosa a

postura do governo gaúcho diante da reunião de Fernando Henrique com os governadores”. Dá para se ver que o redator está bravo com a capitulação do governador petista do Rio Grande do

Sul. Assim termina a nota: “No final das contas quem pagará por essa capitulação serão os trabalhadores em geral, a juventude, ou seja, a maioria da população que, com certeza, não elegeu Olívio Dutra para vê-lo submeter-se à lógica do ajuste fiscal do FMI”. Essa conclusão explica o título “O que é isso companheiro”.

Nas eleições, os candidatos petistas criticam o neoliberalismo e prometem lutar contra o governo que o pratica. Mas nem bem chegam ao poder escondem a cabeça como tartarugas. Uma

parcela dos trabalhadores se ilude com a demagogia oposicionista. É compreensível esse fenômeno social e político na ausência de um partido revolucionário. Mas não é compreensível o apoio do PSTU a Olívio Dutra e depois o seu lamento expresso na frase “O que é isso companheiro”. O PSTU sempre se comporta assim: apóia os reformistas, ajudá-os a reforçar a ilusão dos trabalhadores na política traiçoeira e, depois, no dia seguinte lamenta a traição dos “companheiros” do dia anterior.

Nacional



As desastrosas consequências da reforma da Previdência

A Reforma da Previdência, aprovada em 15 de dezembro de 1998, foi um brutal ataque aos trabalhadores. Impõe a aposentadoria por tempo de contribuição. Vincula o tempo de contribuição com a idade. Extingue a aposentadoria proporcional. Acaba com a aposentadoria especial para os professores universitários. Cria mecanismos para não eliminar de vez a aposentadoria especial aos professores da educação básica, a exemplo da concessão de um bônus. Estabelece a contribuição da previdência aos aposentados com mais de 65 anos. Restringe o salário família. E institui a Previdência Complementar. As conquistas dos trabalhadores foram eliminadas e no lugar estão os interesses de pôr fim à Previdência estatal e ampliar os fundos da previdência completar.

Foi dado um prazo (90 dias) para a regula-

mentação da Reforma. Nesse mês, o governo regulamentou o salário-maternidade. Fixou o teto em 1200 reais, que é uma ninharia, e as empresas terão de arcar com a parcela do salário-maternidade que ultrapassar esse teto. A medida é clara: nenhuma mulher trabalhadora poderá ter uma licença maternidade maior que esses 1200. As empresas ou demitirão antes da licença, ou pressionarão para um acordo de receber por 4 meses unicamente o que é repassado pelo governo. Se existe uma discriminação empregatícia contra as mulheres, imagine agora nessas condições.

Em relação aos Fundos de Previdência Complementar, o governo regulamentou a “portabilidade”, isto é, o direito de carregar a contribuição de um fundo para outro quando trocar de emprego. É o “instituidor”, que possibilita aos sindicatos, federações e associações o direito de constituir as fundações para complemento de aposentadoria. Também regulamenta a criação de fundos de pensão dos servidores públicos. E, por fim, determina a criação de uma Agência Nacional da Previdência Complementar, para controlar o sistema de fundos de pensão. Como se vê, o governo entrega às empresas privadas e sindicatos o direito de recolher contribuições previdenciárias. O controle dos fundos, na verdade, está determinado pelas grandes empresas

desse ramo. Nem governo, nem sindicatos e muito menos os trabalhadores terão possibilidades de fiscalizar e controlar essas contribuições. Basta que lembremos que os fundos de pensão privados estão à mercê das jogatinas especulativas que as empresas farão nas Bolsas, bancos etc. Não é por acaso que volta e meia assistimos à falência de tais fundos.

Em São Paulo, Covas já encaminhou para a Assembléia Legislativa um projeto de criação de um novo fundo, com percentuais que variam de 6% a 20%, como forma de manter os aposentados e pensionistas. Em realidade, é mais um instrumento do Estado para sugar o funcionalismo público. Certamente, uma reserva financeira, que poderá ser usada livremente pelos governadores e sem uma garantia real de aposentadoria mais “recheada” dos funcionários.

Esse ataque é parte da reforma pró-imperialista de FHC. Agravará a situação de vida dos explorados. Os sindicatos vêm se submetendo a essa reforma, a ponto da burocracia já admitir constituir seus próprios fundos previdenciários. Ao contrário disso, a bandeira dos trabalhadores deve ser de derrubada de todas essas medidas e defesa da aposentadoria integral e pública, que tenha por piso não menos que o salário mínimo real (hoje, 1800 reais).

Debate sobre a opressão da mulher em Rondônia

O Partido Operário Revolucionário em Rondônia chamou os trabalhadores para um debate sobre a opressão da mulher. Para isso, utilizou um boletim com a seguinte chamada: “É possível a emancipação da mulher sobre a égide do capitalismo?”

O boletim tem como essência mostrar que a opressão da mulher é decorrente da opressão de classe. Acabar com esta opressão depende de acabar definitivamente com o poder de uma classe (a

burguesia) sobre outra classe (o proletariado). Assim, emancipar a mulher significa emancipar a classe oprimida, que só pode se dar pela revolução social. Somente uma nova sociedade, nascida da revolução proletária, poderá pôr fim as relações de opressão próprias da sociedade capitalista e de fato emancipar a mulher de todo tipo de opressão, inerente à sociedade dividida em classes, ancorada no sistema de exploração do trabalho.

Governador arranca parte dos salários do funcionalismo e promete demissões

Depois de retirar 20% dos salários dos funcionários públicos, o governador José Ignácio Ferreira (PSDB) anunciou novo pacote de medidas contra os funcionários. Eis algumas delas: licença compulsória com salário proporcional ao tempo de serviço; demissões e redução da jornada de trabalho.

O Estado do Espírito Santo está endividado até o pescoço. Boa parte do que arrecada se destina ao pagamento dos compromissos da dívida. E o governador diz que irá cumprir com o pagamento. Seguirá as orientações acordadas entre Fernando Henrique e o FMI de cortes de despesas. Por isso, encaminhou à Assem-

bléia Legislativa o pacote de ataque aos funcionários públicos.

Pousando de vítima, o governador tem a cara-de-pau de dizer que se não tivesse retido 20% do valor dos vencimentos do funcionalismo e se recusado a renovar contratos de dedicação temporária, o déficit seria bem maior. Os deputados corruptos e lacaios numa só penada aprovaram a retenção dos 20% dos salários por até 12 meses, a não renovação dos contratos temporários, censo dos servidores e agrupamento do trabalhadores em educação em escolas próximas.

Portanto, é sobre os ombros dos funcionários públicos que o governo descarrega a crise. Aos trabalhadores

não resta outra alternativa senão de sair às ruas, num grande movimento grevista em defesa do emprego e dos salários. Caso contrário, o governo está livre para demitir e arrancar os salários. Nenhuma ilusão na pressão aos deputados. Nenhuma ilusão na Justiça burguesa. Somente a luta unitária e grevista poderá enfrentar a violência dos governos, subservientes ao FMI.

Nacional

Rondônia

XXII Encontro Estadual do MST

No período de 27 a 31 de janeiro, ocorreu o XII Encontro Estadual do MST, no assentamento Palmares, na cidade de Nova União.

Este evento contou com a participação de 400 militantes de diversos assentamentos e acampamentos que fazem parte do movimento no Estado.

O Partido Operário Revolucionário (POR) se fez presente com delegados ao encontro, de acordo com o regulamento sobre as entidades presentes. A mesa foi formada pela prefeita do PSB, do município de Pimenta Bueno, que assumiu a prefeitura em coligação com o PT. Também fizeram parte da mesa a suplente do líder do movimento sem-teto, a líder do MPA (Movimento dos Pequenos Produtores), um palestrante do evento que apóia o movimento.

Numa única oportunidade em que a militante do POR teve a palavra, através do resultado de uma atividade de equipe cujos integrantes a escolheram como secretária, o líder nacional do MST, componente da bancada nacional do PT, Pedro Stédile, mostra como a democracia defendida pelas direções reformistas é uma farsa no interior dos movimentos de massa por eles controlados.

O senhor Stédile, em contradição aos encaminhamentos da atividade

do evento que ele mesmo estava coordenando, afronta a militante do POR acusando-a de desonesta. Pouco antes, no momento em que convidava os secretários dos grupos a apresentarem as discussões, abriu para análise de conjuntura, enfatizando que as variedades de análises enriquecem a compreensão em torno da questão, e não delimitou tempo para as intervenções.

A militante do POR, indicada para iniciar, partiu de uma questão colocada no seu grupo por um militante do MST, sobre o que poderia acontecer ao governo se nos próximos anos houvesse uma revolta popular muito grande. Mostrou que a solução aos graves problemas nacionais, como a fome, desemprego, falta de assistência à saúde, educação, moradia, terra para os camponeses pobres etc. não poderiam ser resolvidos pela via eleitoral ou apenas pela substituição de um presidente, e sim dependiam da revolução social.

Ao perceber a situação, Stédile deu sinal para a conclusão da fala e, ao retomar o microfone, antes de passar a outro grupo, o utilizou para, publicamente, sem nenhum direito à defesa e quebrando o encaminhamento, acusar a militante do POR de desonesta, pela utilização do tempo

para debater o programa revolucionário, como se este não tivesse nenhuma relação com as discussões em pauta.

Foi exatamente a intervenção de defesa do programa revolucionário, em oposição à linha reformista, que fez o líder do MST acusar sem motivos, repetindo atitudes antidemocráticas semelhantes, como por exemplo tentar impedir que militantes do MST leiam panfletos do POR, de modo castrador, possessivo e anti-revolucionário.

Contra esse tipo de conduta aparelhista, os movimentos têm de construir novas direções, baseadas no programa de defesa da unidade da luta dos oprimidos contra a opressão capitalista, na aliança operário-camponesa, na defesa da revolução proletária.



Campanha contra a perseguição política em Ceará Mirim

Colabore enviando um abaixo-assinado contra a processo político movido pelo prefeito contra um dirigente do sindicato de professores. Informe-se com o distribuidor deste jornal.

Combater o desemprego é lutar contra as direções

Uma das características do capitalismo é descarregar suas crises nos ombros das massas. O recurso às demissões é uma maneira dos capitalistas manterem seus lucros, dividirem os trabalhadores e baixarem os salários. No Ceará, não poderia ser de forma diferente. Este ano iniciou-se com uma ofensiva patronal contra os sapatteiros, telefônicos, têxteis e comerciários.

Das duas maiores fábricas de calçados de Fortaleza, Grandene e Recamonte, a primeira já começou a implementar demissões em massa, pondo no olho da rua de uma só vez 75 operários. A Vulcabrás, localizada no município de Horizonte, está prevendo demitir 150 funcionários. Em Iguatu, a Dakota demitiu mais de 100 pessoas. Enquanto empresas menores em Camocim, Pentecoste, Cascavel e Itaitinga também já começaram

os cortes.

No setor de telefonia, o Grupo Telemar, que engloba 16 empresas, anunciou que vai demitir 90% de seu quadro de gerentes, que ainda são do período de quando as empresas eram estatais. Isso, depois do PDV (Plano de Demissões Voluntárias), que teve 476 adesões, sem contar com as 70 demissões diretas. As próximas demissões previstas irão atingir principalmente o setor técnico-operacional, reduzindo ainda mais os postos de trabalho. Os telefônicos que ficarem serão superexplorados. Perderão a gratificação de férias de 70% sobre a remuneração, anuênio de 1%, cesta básica para quem ganha menos de mil reais, direito a creche para os filhos de trabalhadores homens e o serviço de assistência médica.

No setor têxtil não é diferente. O Grupo Vicunha já demitiu, de janeiro até agora, 90 funcionários. Estima-se que o número de demissões em 99 será 50% maior do que em 98.

No comércio de Fortaleza, em 98 foram demitidos 13 mil trabalhadores. Neste ano, com a quebra de indústrias, a crise de superprodução, os baixos salários e a destruição de postos de trabalho, a situação vai ser pior.

No meio dessa ofensiva contra os trabalhadores é que revela-se o papel

das atuais direções do movimento operário. O PT, o PCdoB, o PSTU, entre outras correntes regionais, dirigem a maioria dos sindicatos cutistas, cujas bases sentem o flagelo do desemprego e da superexploração. No entanto, centram suas ações em denúncias na imprensa, na pressão parlamentar e nas eleições burguesas. Isto porque defendem a estratégia do "governo democrático-popular" ou do "governo dos trabalhadores", que significa administrar a crise do capitalismo. Por isso, essas direções não defendem a redução da jornada de trabalho até que todos tenham emprego ou um salário mínimo vital de 1800 reais para sustentar uma família operária. Devido a sua política de capitulação e aliança com os empresários e seus partidos (não organizam os trabalhadores na base nem fazem greves).

Hoje, lutar contra o desemprego, no Ceará e no Brasil, significa não só lutar contra o governo antinacional e antipopular de FHC, o imperialismo e a burguesia nacional, mas também contra as direções que traem os interesses das massas. É preciso construir uma direção revolucionária, baseada na estratégia da revolução e ditadura proletárias e, vinculada à estruturação do Partido Operário Revolucionário.

Ceará

Debate sobre a Revolução Russa

O curso de formação política promovido pelo POR/Ceará reuniu estudantes universitários e trabalhadores para discutir e avaliar a Revolução Russa, suas causas e diferentes aspectos sociais, políticos e econômicos, comparando com nossa realidade.

Todos foram unânimes em colocar diante do referido tema os seguintes questionamentos:

a) As condições da Rússia, no período de 1861-1905 e de 1914-1918;

b) Como o marxismo entrou na Rússia, já que este era um país semi-feudal;

c) O método, intervenção no seio das massas e o respectivo convencimento das bases russas da necessidade da revolução proletária, sob a direção dos bolcheviques.

Um dos aspectos mais discutidos, além dos acima apresentados, foi a crise do movimento e as suas direções. Ora, se na Rússia no período pré-revolucionário os mencheviques, socialistas revolucionários e anarquistas queriam assumir a vanguarda do movimento e colocar suas bandeiras reformistas, houve a necessidade de observar que em nosso país essa situação não se difere. Em

plena crise do capitalismo, onde o Brasil é vítima de um brutal ataque especulativo, foi colocado como deveria ser identificado os partidos que levariam o Brasil a uma revolução socialista. Um dos critérios discutido foi a questão do partido-programa, as bandeiras que este partido defende e como caracterizá-las. A partir desta colocação começou-se a desmistificar as bandeiras levantadas pelo reformismo e estalinismo (PT, PCdoB, PC) e pelo centrismo (PSTU, LBI, CO) e colocar a necessidade de um governo operário e camponês.

Também foi discutido a importância de organizar o proletariado brasileiro como classe dirigente e qual o partido que deverá assumir a vanguarda do movimento. O POR se colocou na tarefa da construção do partido revolucionário, o partido que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias, capaz de verdadeiramente emancipar o proletariado.

O debate encerrou com as bandeiras:

Nenhuma ostentação ao Parlamento burguês!

Por um governo operário-camponês (ditadura do proletariado)!

Viva a Revolução de Outubro! Abaixo o restauracionismo capitalista!

Nacional



Novo ataque do governo contra os trabalhadores

Com a quebra do Plano Real, o governo volta a lançar novas medidas que atingem em cheio a vida da maioria dos explorados. Os funcionários públicos terão também de pagar com uma quota de maior sacrifício. Esse ataque nos mostra a necessidade de uma mobilização geral contra o pacote de fome e miséria do governo. Ou saímos às ruas e organizamos as greves, ou seremos pisoteados. A diretoria da Apeoesp está convocando para Marcha. Como fazer dessa Marcha uma verdade luta de massa? É necessário que a Apeoesp convoque uma assembleia para decidir sobre a paralisação e ida de todos à Marcha. Certamente, o governo não atenderá as reivindicações. A Marcha deve ser apenas um meio de mobilização e não um fim em si. Trata-se de continuar a organização grevista: convocar novas assembleias, organizar a campanha salarial e a defesa do emprego.

O que devemos entender dessa situação?

A implantação do Plano de Estabilização Econômica, o chamado Plano Real, contribuiu para o aumento da opressão nacional. O país ficou mais pobre, mais subserviente à política das potências capitalistas e ampliou a concentração de riqueza nas mãos de uma ultra-minoria e miséria na grande maioria da população. O governo privatizou os ramos chaves da economia, abriu o mercado interno ao capital estrangeiro, aumentou os impostos, arrochou os salários, acabou com as conquistas sociais dos trabalhadores (a exemplo da Previdência), demitiu funcionários públicos para cortar gastos, destruiu a saúde e impôs uma reforma educacional privatista. Portanto, seguiu exatamente as receitas ditadas pelos credores externos.

Em pouco tempo, o artifício da equiparação da moeda brasileira com o dólar caiu por terra. Os preços das mercadorias, transportes e combustíveis foram às alturas. E para impedir que os especuladores fugissem em massa do Brasil (como ocorreu com a crise no Sudeste Asiático), o governo se "socorreu" do Fundo Monetário Internacional (41,6 bilhões de dólares, em parcelas). Por sua vez, o FMI exigiu do governo brasileiro mais firmeza nos cortes de gastos com a saúde, educação e funcionários, para que possa cumprir com os compromissos das dívidas interna e externa.

É por essa razão que Fernando Henrique Cardoso pressiona os Esta-

dos e Municípios para que apliquem a fundo as determinações de cortes e privatizações. Boa parte deles já demitiu funcionários; congelou os salários, fechou escolas, hospitais e postos de saúde e já vendeu as empresas estatais. Ou seja, cumpriram à risca as medidas do Plano de Estabilização. Tudo que arrecadaram só serviu para pagar os compromissos com a dívida. Não é por acaso que Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros estados atiram com o governo federal em torno desse montante de dinheiro utilizado para pagamento da dívida.

Covas seguiu todas lições e agora impõe medidas mais duras

Covas foi um dos primeiros governadores a seguir a cartilha de conter os gastos do Estado com os serviços públicos, demitir, arrochar os salários e privatizar. Recorreu aos Planos de Demissão Voluntária, impôs planos de carreira para demitir e arrochar os salários e municipalizou boa parte do ensino fundamental, fechou escolas e unidades da saúde. Mesmo assim, o governador diz que o Estado não tem dinheiro.

Os argumentos de Covas são: 1) Queda da arrecadação do ICMS; 2) Pagamento da dívida com a União; 3) A folha de pagamento com salários. Diz que o pagamento da dívida consome 12,5%, a folha de salários com 64% da receita e que o aumento de 62,7% para 64% não ocorreu pela contratação de funcionários, mas pela redução dessa receita. Com isso quer dizer que o pagamento da dívida e a folha, apenas dois itens, consomem 76,5% da receita do Estado.

O governo federal justifica que o Estado ainda não cumpre a Lei Camata, isto é, não ajustou a folha de salários aos 60%. E que deve imediatamente cumpri-la, através de dois mecanismos: demissão e congelamento de salários. Não é por acaso que Covas já anunciou que não gastará um centavo a mais do que arrecada.

A educação será violentamente atingida

A Secretária da Educação, Rose Neubauer, confirma que a SE deverá enfrentar uma queda de 10% em seus investimentos este ano. Afirma que terá de intensificar nas escolas a campanha contra o desperdício de recursos. Cita o exemplo de que, no ano passado, o gasto anual médio,

por aluno, com água, luz e telefone foi de 15 reais e que deverá ser reduzido. Fala em cortar recursos para a construção de escolas, reformas etc. Isso porque tais recursos, na sua grande maioria, vêm do salário-educação (contribuição repassada pelas empresas) e que, com o fechamento de fábricas e demissões, o repasse do salário-educação será bem menor. Como se vê, nada de escolas novas e nenhuma melhoria das condições das já existentes.

Por outro lado, anuncia suas duas grandes prioridades: 1) A implantação das classes de aceleração para alunos de 5a a 8a série; 2) Estimular a implantação do ensino médio diurno. As justificativas do governo por si só revelam sua intenção. Dizem que as classes de aceleração possibilitam que os alunos concluam mais rápido o ensino fundamental. Ora, menos gastos com luz, água, professores, funcionários etc. Portanto, nada tem a ver com a chamada "qualidade do ensino". Porém, o inusitado é o argumento da implantação do ensino médio diurno, dizendo que "o aluno aproveita melhor a escola". Esta aí o ataque ao ensino noturno, onde a maioria é constituída de alunos-trabalhadores. São estes que a SE conclui que desperdiça recursos e não "aproveita melhor a escola".

No que se refere à municipalização, reforma do ensino fundamental, a Secretária da Educação disse que em 1999 os problemas serão menores. Isso porque muitos prefeitos ainda não tinham compreendido o papel do Fundef. Assim, diz ela: muitas prefeituras não tinham percebido que, se assumissem alunos e depois deixassem de

Educação



mantê-los, perderiam os recursos. O que mostra que o governo estadual pressionará ainda mais os prefeitos a assumir a maioria dos alunos, para que estes mantenham esse nível de ensino com as míseras verbas do Fundef. Na verdade, trata-se da desobrigação do Estado e da obrigatoriedade dos prefeitos às parcerias empresariais para sustentar a escola pública.

Em relação aos salários, a Secretaria da Educação seguirá as determinações do governo de cortar as "gorduras" e ajustá-lo à famigerada Lei Camata. A nomeação dos concursados necessariamente cumprirá a função de demitir os professores ACTs.

Retomar a luta em defesa dos reajustes salariais, contra as demissões e pela readmissão de todos os demitidos, vagas para todos os alunos e pelo fim da reforma destrui-

dora da escola pública

O governo já disse: nenhum reajustes, nada de construção e ampliação de escolas e a reforma educacional continuará sendo implantada. Segue a trilha do Plano econômico que vem sendo imposto em todo o país e, por isso, fará cortes para poder cumprir com o pagamento da dívida.

Por outro lado, a diretoria da Apeoesp está cada vez mais calada diante das medidas que vêm sendo impostas pelo governo. Aponta os ataques do governo e anuncia "perspectivas sombrias", que só podem ser para os trabalhadores. Entretanto, as propostas são as mais distracionistas possíveis. Propõe que os professores participem da jornada nacional de luta da CUT para denunciar a política do governo e da Marcha Nacional pela Defesa e Promoção da Escola Pública sem nenhuma ação concreta que possibilite sequer a participação nos atos, marcha etc. Opõe-se à convocação de uma assembleia estadual, para organizar e deflagrar a luta dos educadores. A forma distracionista de "participar", implica em não organização do conjunto dos professores

para combater os planos governamentais. Significa: vai quem quer e como pode e as escolas continuarão funcionando normalmente, como se nada existisse. Essa experiência já demonstrou que o governo despreza totalmente tais pressões inócuas. Aqueles que "participam" cansam e abandonam, e os outros se acomodam esperando os resultados.

Essa política trouxe muitos prejuízos aos trabalhadores. Não dá mais para apostar nessa "participação" descolada da mobilização geral da própria classe. Nesse sentido, devemos exigir que a diretoria da Apeoesp convoque uma assembleia estadual, para que os professores organizados possam de fato decidir sobre as propostas de combate à política de destruição da educação. A marcha só terá sentido se as escolas de fato estiverem com suas atividades paralisadas. Não há marcha conseqüente se os educadores, pais e alunos não estiverem nas ruas, portanto em greve. A não organização da assembleia e da greve coloca inevitavelmente a diretoria do sindicato em convivência com os ataques governamentais. Esbravejar sem ação, de nada adianta.

Educação



Prefeitos somem com o dinheiro do FUNDEF

O governo federal criou o Fundef para pressionar os prefeitos a assumirem com a responsabilidade de manter o ensino fundamental. No Brasil, são mais de 35 milhões de crianças e jovens que frequentam esse nível de ensino, ou seja 75% das matrículas. É esse contingente de alunos que o governo repassa aos municípios, através da criação do Fundef. De cada aluno matriculado em escolas municipais, o prefeito recebe 315,00 reais por ano, podendo ter alguma variação, caso os Estados tenha mais dinheiro arrecada-

do nesse fundo.

Nem bem passou um ano, os Estados das regiões Norte e Nordeste são os campeões nos desvios de verbas do Fundef. Toda sorte da falcatrua tem sido usada para desviar as míseras verbas do fundo.

No Pará, 30 prefeituras estão sendo acusadas de desviar verbas do Fundef. Os prefeitos usam o dinheiro para a compra de casas e para pagar dívidas dos municípios. Nos Estados do Maranhão, Ceará e Mato Grosso, 237 municípios criam alunos fantasmas para receber dinheiro, pois o mesmo é repassado sob a base de matrículas. Somente nesses municípios quase 100 mil matrículas tinham sido forjadas.

É bem provável que esse tipo de corrupção já tenha tomado conta de milhares de prefeituras do país. O governo responsabiliza os conselhos municipais por não fiscalizarem os

repasses de dinheiro. Só que grande parte dos municípios nem criaram esses conselhos gestores. Por outro lado, a criação desse organismo não impede que as falcatruas sejam eliminadas. Isso porque a maioria dos integrantes dos Conselhos é vinculada à politicagem dos prefeitos, Câmaras etc. Por isso, não tem como fiscalizar aqueles que mandam e desmandam nos municípios. Basta que lembremos que no Brasil a política dos coronéis, dos jagunços ainda estão presentes em inúmeros municípios etc.

Essas denúncias não são surpresas. Porém servem para mostrar a verdadeira intenção do governo com a Reforma da Educação, que criou o Fundef para municipalizar o ensino fundamental e possibilitar as parcerias com as empresas privadas.

Campanha em defesa do dirigente sindical e revolucionário Rodolfo Rojas

Diversos sindicatos e entidades já assinaram o abaixo-assinado pela libertação deste líder da greve dos professores bolivianos: RN - ST Serviços, Rodoviários, serv. Públicos Fed., Correios e Telégrafos, Trab. Asseio (nac. e est.) Servidores de Natal, Umes, ST Transporte Rodoviário, Vigilantes, Fed. Agricultura, empregados do comércio, Saúde, Ed Pública, Partido dos Trabalhadores, Sinte, bancários.

Crítica à tese da ASS (Alternativa Sindical Socialista)

Já publicamos duas partes dessa crítica. No Jornal Massas 167, analisamos as idéias expostas pela ASS sobre o socialismo. No Jornal 168, demonstramos, através da concepção de "Brasil um país historicamente dependente e subserviente aos interesses das elites internacionais", o conteúdo de sua política social-democrata. Limitada a arrastar os trabalhadores a apoiarem um governo democrático e popular, fruto das eleições e no quadro da dependência da democracia burguesa e das alianças policlassistas.

Agora, criticaremos as posições da ASS em relação à educação.

ASS: uma variante da política social-democrata

3. "Por um projeto pedagógico voltado para a transformação social, para a crítica e o questionamento da realidade e para a libertação do indivíduo".

A ASS denuncia a reforma educacional do governo e se apóia em dois documentos: O Plano Nacional da Educação das entidades e o projeto de LDB elaborado pelo Fórum Nacional. Esses documentos expressam a política do PT e do PCdoB, no que se refere à educação, o papel do Estado e a tarefa dos educadores.

A bandeira de "Por um projeto pedagógico voltado para a transformação social, para a crítica e o questionamento da realidade e para a libertação do indivíduo" é apresentada em oposição à Reforma da Educação (neoliberal) de Fernando Henrique Cardoso. Dizem que a reforma educacional do governo se assenta no princípio da mercantilização (privatização), o que é uma verdade. Porém, a combate com a idéia da possibilidade de uma educação integradora, oposta a da "exclusão" e de "qualidade". Falam que a reforma neoliberal reforça "os valores mercantis, como competição e individualismo", opostos aos valores da "solidariedade, cooperação e da justiça social", portanto, na contramão da "cidadania".

Eis a formulação própria de posições políticas reformistas. Iludem os trabalhadores com a idéia de que é possível transformar a educação em favor da maioria explorada, no interior do sistema capitalista em decomposição. Acreditam na existência de uma educação "integradora" ou "excludora" a partir da vontade política dos governantes. Basta que modifiquemos essa vontade política para que a educação saia de sua condição de mercantil e "excludora" para a de "integradora e cidadã".

A ASS rejeita dois elementos essenciais. O primeiro, é de que não se pode ter uma educação de qualidade e para todos se o capitalismo não for derrotado como sistema econômico gerador das classes sociais, das desigualdades, marginalidade etc e substituído por uma sociedade sem classes. O segundo, a educação como fruto da sociedade. O que quer dizer que, no capitalismo, a burguesia utiliza a educação para impôr sua ideologia à sociedade e preparar uma

massa humana para servir de escravos assalariados do capital. Não é por acaso que o governo impõe uma reforma educacional para ampliar a privatização, como parte das reformas antinacionais e antipopulares. Também marginaliza o acesso a milhares de alunos, demite educadores, arrocha brutalmente os salários. Trata-se de ajustar a educação à fase aguda de decomposição do capitalismo, onde o Brasil assume a condição de nação oprimida.

Os conceitos de "inclusão" e "exclusão" servem unicamente para esconder o verdadeiro conteúdo da escola e da educação numa sociedade capitalista. E acaba amordaçando a consciência dos trabalhadores da necessidade de pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho, responsável pela escola anticientífica, marginalizadora e deshumanizadora.

A afirmação de que é possível um "projeto pedagógico" "transformador" e de emancipação do "indivíduo" é falsear a realidade. No seio da sociedade capitalista, a escola e os "projetos pedagógicos" estão em consonância com a ideologia da classe dominante, por mais bem intencionados que sejam os educadores. A educação no capitalismo sempre será anticientífica, isto porque se apóia na divisão entre teoria e prática, que por sua vez expressa a divisão social do trabalho. É inerente a esse sistema econômico a divisão entre a força de trabalho e os meios de produção, o que determina a consequente separação entre a prática (trabalho físico) e a teoria (planejamento de todos os aspectos da economia e da política). Imaginar um "projeto pedagógico transformador" é supor a unidade entre a teoria e prática, sem destruir o sistema que a separa. A educação sob a égide do capitalismo está dissociada da produção social, daí a separação inevitável entre a fazer e o pensar.

O conceito de "libertação do indivíduo", nas teses da ASS, está em consonância com as colocações do reformismo petista, que atribui a escola a função de libertar o indivíduo. Para os marxistas, a emancipação do indivíduo está diretamente ligada a eliminação da opressão de classe (social), portanto, resultado da revolução proletária. Libertar o indivíduo é emancipar a maioria explorada das garras da opressão de classe. E isso é parte do programa proletário e não do "projeto pedagógico" das escolas. A visão da ASS de "libertação do indivíduo" é pequeno-burguesa, que reflete as condições de putrefação social do capitalismo. Do ponto de vista proletário, o sistema de exploração e opressão social impossibilita que todos possam desenvolver suas potencialidades. A libertação do indivíduo nesse sentido significa colocar a capacidade de cada um em harmonia com a sociedade. Isso só é realizável numa sociedade sem classes.

A ASS ao defender o Plano Nacional das Entidades (Coned) e a LDB (elaborada pelo Fórum) se limita a apresentar alguns remédios à reforma educacional do governo.

Com isso, não defende a escola pública e gratuita para toda a população em todos os níveis de ensino. Não se coloca contrária à existência da rede privada. Não defende a expropriação de todo ensino privado, sob o controle dos trabalhadores. Não se opõe à farsa do Fundef, apenas critica a sua restrição ao ensino fundamental e a pequena quantidade de recursos. Não combate a determinação governamental do custo-aluno, como mecanismo de desobrigação do Estado e privatização. Estabelece uma oposição demagógica entre custo-aluno e custo-aluno-qualidade, ou seja, contra a "exclusão" e a baixa qualidade, defende a "inclusão" com "qualidade". Defende a miséria de um piso salarial, calculado pelo Dieese. Como se vê, essa corrente, dirigida pela Democracia Socialista (DS), não difere em sua essência das posições educacionais da Articulação, corrente majoritária do PT. Por isso, a crítica que é feita à condução da CNTE se limita às formas aparelhistas de direção da Confederação. Em relação à colaboração da CNTE na implantação da reforma educacional do governo, a ASS permaneceu calada.

Finalmente, a ASS propõe, como método de luta para conseguir o "projeto pedagógico transformador", as pressões inócuas ao Parlamento, as caravanas, os abaixo-assinados etc. Isso porque não combate nenhuma dessas ações desenvolvidas pela direção da CNTE. Porém, em sua tese diz que é preciso "construir uma grande greve geral de protesto contra as consequências do neoliberalismo no Brasil". A greve geral de protesto se opõe a greve geral, como instrumento de luta política contra o Estado burguês. O reformismo da ASS acaba dando um conteúdo à greve geral oposto ao choque direto das massas trabalhadoras contra o Estado burguês, onde põe a nu o confronto de classe. Como se vê, essa Corrente nada tem a ver com as concepções marxistas. As soluções ou alternativas apresentadas pela ASS são fórmulas destinadas a gerir o capitalismo decadente.

Educação



Reunião de Representantes de Escola aprova as propostas do POR

Os professores, reunidos no dia 10 de março, aprovam as propostas defendidas pelo POR. Este abriu a reunião expondo a crise do Plano Real e as medidas antinacionais e antipopulares impostas pelo Fundo Monetário. Mostrou que tais medidas significarão mais recessão, desemprego, cortes de verbas para a saúde e educação. Relacionou com a reforma educacional, que vem sendo imposta por Covas e os novos passos para o ano de

1999. Demonstrou o papel das direções sindicais, que vem colaborando com o novo pacote governamental. E finalizou com as propostas de organização da classe para a realização de uma ampla assembléia, no final de março.

A corrente Articulação se colocou na defensiva, tentando justificar o injustificável da política da diretoria da Apeoesp. Os fracassos das pressões inócuas ao Parlamento, as carreatas, os milhões de abaixo-assinados etc calam fundo no seio das escolas. Isso porque de nada valeram: a municipalização está sendo implantada, os salários estão arrojados, o Plano de Carreira só serviu para eliminar antigas conquistas do magistério, as de-

missões são grandes e as condições de trabalho são as piores possíveis. Portanto, não é por acaso que uma parcela da classe vota nas propostas de mobilização e de assembléia com paralisação, para que os professores possam decidir coletivamente a resistência contra a reforma privatista da educação e a avalanche de medidas de saque aos salários e às condições de existência dos trabalhadores.

O POR entrevistou também com o boletim da Corrente Proletária, colocando a raiz da crise e o método da ação direta (greve, ocupação). Eis abaixo o material político trabalhado nas regiões Oeste e Leste de São Paulo.

Fortaleza: direções estudantis ajudam a entregar o controle das entidades à burguesia e a destruir a meia-passagem

A Câmara Municipal de Fortaleza derrubou o veto do Prefeito Juraci Magalhães (PMDB) ao projeto de lei da vereadora Luizianne Lins, do PT (Democracia Socialista - DS), que autoriza a criação de uma comissão de fiscalização da emissão de cartões pelas entidades estudantis, formada por representantes da burguesia e seu estado (prefeitura, Decom e Ettusa) e dos estudantes (DCEs etc.).

Antes, cada entidade se responsabilizava pela emissão das carteiras correspondentes à sua área (DCEs nas universidades e entidades secundaristas nas escolas públicas etc.).

O motivo da Comissão, dizem os pseudo-ex-trotskistas da DS (PT), é a corrupção nas entidades estudantis secundaristas (Ames, Uepe, Umes etc.). Entretanto, preten-

dem resolver esse problema entregando à burguesia o controle sobre a emissão das identidades estudantis. O argumento utilizado mostra que acreditam na possibilidade de tornar o Estado burguês controlável pelas massas por meio de pressões institucionais. Para a DS (PT), a burguesia mascarada de sacrossanta (CNBB, OAB, Decom etc.) é "neutra" em relação à grande burguesia, especialmente a do transporte coletivo, que elegeu Juraci e que almeja o fim da meia-passagem, sendo possível, portanto, colocarem-se ao lado dos explorados pela pressão.

O pretexto de acabar com a corrupção no movimento estudantil não se sustenta. A inclusão de estudantes na comissão só serve para dar uma aparência de legitimidade ao controle sobre as entidades.

O POR tem dito desde 1997 que a prefeitura, ameaçada pela queda na taxa média de lucro das empresas de transporte urbano (fruto da crise capitalista), vem lançando ofensivas para controlar e depois acabar com a meia-passagem. A derrota dos estudantes e a consequente implantação do cartão poliéster no lugar da carteira, a intervenção da Justiça em algumas entidades decretada recentemente etc. simbolizam o avanço que a prefeitura deu nesse sentido. O veto do prefeito tem por objetivo o

controle total, e não apenas parcial como propõe a vereadora, sobre a emissão de cartões. A lei aprovada não se choca frontalmente com os interesses da prefeitura, e é ainda uma traição total às conquistas do movimento estudantil. A incapacidade das correntes em fazer a defesa de um direito estudantil mostra sua adaptação às pressões da classe dominante.

O POR não procura iludir e enganar os estudantes com a falsa "neutralidade" das instituições burguesas, nem com a possibilidade de se apoiar no Estado para superar a questão da corrupção, pois o Estado burguês a tem como um de seus fundamentos. A corrupção financeira nas entidades estudantis é proporcional à influência burguesa sobre as direções corrompidas politicamente.

Defendemos que o próprio movimento estudantil se encarregue de apurar e punir a corrupção nas entidades. Defendemos a meia-passagem sem restrições, como um passo rumo ao passe livre. Defendemos o fim do divisionismo das entidades secundaristas, e a formação de uma organização única dos estudantes. Isso tudo ajudará o movimento estudantil a caminhar em direção à unidade com a classe operária e os demais oprimidos, para a revolução proletária.



Cortes de vagas e exclusão de matrículas na Letras e em toda a USP: Somente uma ação coletiva pode evitar a exclusão generalizada de alunos do curso

O corte de verbas na educação tem sido preservado na USP por meio da exclusão de alunos das disciplinas. A linha governista de favorecimento do parasitismo financeiro leva à impossibilidade de contratação de professores. Para adaptar o curso a essa situação é que se aplica a exclusão de matrículas em disciplinas (aos veteranos) e o ranqueamento embutido no novo currículo (aos calouros).

A cada ano são reduzidos o número de vagas e a quantidade de disciplinas optativas. E são estabelecidos novos critérios de exclusão. Em 1999, a novidade é a tal da "média suja". O nome é apropriado. É de fato uma manobra suja a inclusão de reprovações e abandonos de disciplinas no cálculo da média nos históricos escolares. Prejudica os alunos fora e dentro da universidade. Fora, nos empregos e bolsas de bolsas. Dentro, na disputa pelas vagas restritas.

Novamente, os veteranos estão assistindo aulas sem estarem matriculados, na esperança de que suas matrículas sejam incluídas. Novamente, aparecem "resoluções" nos quadros de aviso para afugentá-los com o anúncio de que não serão aceitas inclusões.

A diferença é que o número de vagas oferecidas neste ano é menor. Isso é uma tendência, pois a cada ano o número de professores tende a ser menor, pelas aposentadorias e migração rumo às particulares. Por isso, caso não consigamos a contratação de mais professores, logo a situação se tornará insustentável, com muitos mais alunos excluídos que regularmente matriculados em todas as salas de aula.

No ano passado, um recurso coletivo colocou a discussão do problema de forma geral na comissão de graduação e abriu caminho para a inclusão de disciplinas. Essa experiência mostra que é preciso

responder ao problema de forma coletiva. As respostas individuais só levarão a mais cortes e exclusões.

Em 1999, o problema das exclusões se generalizou pela USP. Cada unidade inventou um pretexto para excluir matrículas. Na Física, por exemplo, mudaram os pré-requisitos das disciplinas durante as férias para realizar as exclusões e impedir a retificação.

Está instalada uma briga entre a burocracia universitária, que pretende impor a redução de alunos por disciplina para esconder a falta de professores, e os alunos, que têm o direito de cursarem as disciplinas necessárias ao andamento normal de seus cursos.

Um grave problema que nos ameaça é a discussão instalada sobre os critérios de exclusão. Há centros acadêmicos que têm defendido novos critérios para a seleção (exclusão) de alunos às vagas em disciplinas. Essa discussão é perniciosa, pois colocará alunos contra alunos, em benefício da política excludente da reitoria. Um critério que beneficia calouros afeta veteranos, um que beneficia alunos da Poli ataca alunos da ECA, e assim por diante. Por isso é preciso defender a reivindicação que interessa a todos: nenhum critério de exclusão, vagas para todos, contratação dos professores necessários.

A maior parte dos calouros será excluída pelo ranqueamento

O argumento de que todos sabiam no que estavam se metendo quando se inscreveram na Fuvest para a carreira de Letras é de um tremendo cinismo. Mesmo hoje, não é nem mesmo possível saber no que cada calouro se meteu. Sabe-se que haverá ranqueamento, sabe-se que o número de vagas a cada habilitação é limitado. Mas não se definiu nem mesmo os

critérios de classificação, nem os programas das disciplinas a partir do 2º ano, nem mesmo se haverá vagas para os classificados em todas as disciplinas no ano 2000.

O resultado desse ranqueamento será que menos da metade dos calouros se matriculará na habilitação pretendida. A maioria terá duas opções: ou segue uma habilitação que não deseja (até quando?), ou abandona o curso e presta novo vestibular. É claro que haverá redução de demanda de vagas ao segundo ano em diante. E serão necessários menos professores para ministrar essas disciplinas.

E as habilitações menos procuradas, o que acontecerá com elas? Sem alunos que pretendam cursá-las, a administração da faculdade tenderá a extingui-las.

Ou nos mobilizamos para garantir já as vagas para todos ou o curso caminhará para a deformação total, abandonando o caminho do curso de Letras para seguir o caminho do curso de Idiomas.

As respostas a esses problemas existem. A última assembleia apontou alguns caminhos. Cabe à direção do Caell fazer o necessário para colocá-las em prática.

Educação



Agravamento da situação na PUC: a saída é a estatização

A direção da PUC afirma que o Ministério da Educação (MEC) lhe deve 1,4 milhões de reais, correspondentes ao Crédito Educativo (Creduc), relativos ao período agosto-dezembro de 1998. O Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lhe deve 468 mil, acúmulo entre setembro e fevereiro. O governo diz que a PUC faz "filantropia", e que irá cortá-la.

O salário de janeiro dos professores foi dividido em parcelas, o 13º ainda não receberam. Os débitos dos

alunos estão sendo passados diretamente aos bancos, o Creduc e as bolsas restituíveis estão sob cortes. As mensalidades de 521 reais são excludentes.

Agora, a reitoria da PUC se volta à procura de novos recursos. Investe contra as Xerox dos CAs. Pretende centralizar tudo para enfiar a faca nos alunos e, de quebra, atacar o movimento estudantil. O pretexto é a nova lei de direitos autorais e a posse de autorização da ABDR (Associação Brasileira de Reprografia).

As conseqüências serão sentidas

por todos: funcionários demitidos, preços aumentados e sob monopólio, perda de força dos CAs.

Para barrar esses ataques contra os estudantes e professores, é preciso um movimento unificado, que resista à ofensiva da reitoria e empunhe a bandeira da estatização sob controle da comunidade universitária.

Nada de conciliar com quem nos ataca

No dia 27/02, aconteceu a primeira reunião do Conselho de Representantes Estadual, em que se discutiu a organização da categoria e como levantar as reivindicações para 99. Mas, por incrível que pareça, a diretoria do sindicato apontou as mesmas "formas de lutas" que utilizaram nos três últimos anos, ou seja, as velhas pressões parlamentares: os ditos aerogramas e as pressões sobre a Secretaria da Educação para que a privatista Rose Neubauer nos receba o sindicato e seja complacente com nossas reivindicações.

O ponto central da reunião foi quando um dos conselheiros fez uma explanação da crise econômica, do arrocho salarial, das medidas de destruição dos serviços públicos imposta pelo FMI e defendeu como prioridade que passássemos a reivindicar aumento salarial. O Secretário Geral e representante da CNTE da categoria, Reinaldo, disse "que deveríamos seguir o exemplo dos metalúrgicos do ABC que aceitaram diminuir parte dos salários para ajudar o país".

Portanto, se depender da diretoria do sindicato, não iremos reivindicar nenhum aumento salarial, nem teremos luta. Para seguir a política de "ajudar os patrões", como fazem os dirigentes da CUT (este é o exemplo dos metalúrgicos do ABC que acabaram seguindo o mesmo caminho da pelegada da Força Sindical), o sindicato dos funcionários terá de aceitar acordos de rebaixamento salarial. Os salários do funcionalismo já estão congelados há 4 anos e continuará neste ano. A política do governo é de contratações pela APM por 150 reais. Esta é a forma encontrada para rebaixar os salários e driblar a estabilidade e implementar a terceirização dos serviços.

A diretoria da AFUSE assiste a tudo isso, sem sequer fazer denúncias para a categoria. Na prática, esta política é de "ajuda" aos governos privatizantes como o de Covas, que os sindicalistas reformistas insistem chamar de progressista.

Está colocada a necessidade dos funcionários da educação se libertarem desta política de conciliação com os patrões, comecem a levantar a bandeira da independência de classe se quiserem conquistar suas reivindicações.

Caieiras

POPULAÇÃO MOSTRA COMO SE DEVE AGIR

O Prefeito de Caieiras, juntamente com vereadores, deputados e com a empresa Cavo, convocou a população para anunciar a construção de um "aterro sanitário", ou seja, mais precisamente o conhecido lixão. Tudo já estava preparado, sendo que há dois anos, a Cavo já havia

comprado o terreno para tal finalidade. Só faltava começar a construção.

Temendo uma reação popular e procurando posar de democrático, as tais autoridades marcaram um encontro com a "comunidade". Não esperavam que a população afluísse em massa. Pois bem, o circo foi armado para discursos e palmas.

Mas a população chegou ao local com o firme propósito de rechaçar o lixão. Nem o prefeito, nem os deputados bem arrumadinhos puderam

abrir a boca. As massas populares simplesmente impediram que pronunciassem qualquer palavra. As autoridades foram escorraçadas. Que coloquem o lixão na porta de suas mansões.

Certamente o problema não acabou. O prefeito ainda tentará pôr o lixão em algum lugar de Caieiras. E esse lugar pode ser o próprio terreno preparado pela Cavo. Trata-se de continuar o movimento de "Fora o lixão".

Para onde vai o movimento de Saúde em Guarulhos?

No dia 28 de março de 1998 foi realizada uma reunião de saúde no Jardim Fortaleza, na Igreja Católica, organizada pelos padres Waldeci e Berando Atavel, vice-coordenador do Fórum Permanente de Saúde, e Eduardo,

diretor do Sindicato do Servidor Público, filiado à CUT.

Eduardo esclareceu que era uma cooperativa onde os funcionários não teriam registro em carteira, não teriam direitos trabalhistas. Um diretor de sindicato que deveria estar defendendo o direito dos trabalhadores está montando cooperativa onde os trabalhadores são mantidos sem ne-

nhum direito trabalhista! Isso, ao mesmo tempo em que os funcionários públicos estavam sem receber os salários.

Essa conduta mostra a necessidade de construir uma nova direção para o funcionalismo, baseada num programa revolucionário de destruição do capitalismo.

Campanha em defesa da dirigente sindical e revolucionária Vilma Plata

Colabore enviando um abaixo-assinado contra a prisão política da líder grevista. Informe-se com o distribuidor deste jornal.



Debate sobre os processos de Moscou

Internacional



No jornal anterior, relatamos como foram forjados os dois processos Zinoviev/Kamenev e Piatakov/Radek, mostrando como Stálin se utilizou de falsificações judiciais para perseguir a velha vanguarda revolucionária e tentar destruir as idéias marxistas colocadas por Leon Trotsky e a Oposição de Esquerda. Neste número, mostraremos a continuidade das perseguições, relatando como foi o terceiro processo.

O processo Bukarin/Ricov

O segundo processo (Piatakov/Radek) foi instaurado para corrigir as "distorções" do primeiro (Zinoviev/Kamenev). Porém, tanto no primeiro como no segundo, Stálin e a GPU não conseguiram incriminar os acusados pela morte de Kirov e muito menos provar que eram terroristas, que queriam restaurar o capitalismo na Rússia e que eram impelidos pela Oposição de Esquerda. Assim, Stálin foi obrigado a organizar novas falsificações judiciais, para poder resgatar nacional e internacionalmente a confiança na sua "justiça", principalmente depois do veredito dado pela comissão internacional de investigação, dirigida por John Dewey, que também não incriminava os acusados.

Dessa forma, o terceiro processo contra Bukarin/Ricov foi preparado com mais tempo e minúcias, pois a resistência dos acusados, bem como a total falta de provas nos processos anteriores, atrapalharam o fiscal Wichinsky na hora do julgamento. Assim, iniciou a farsa, elaborando um relatório em 14 de fevereiro para esclarecer à opinião pública que exterminava a geração revolucionária como forma de defender a revolução internacional. Em seguida, assassinou o filho de Trotsky, Leon Sedov, para silenciar o acusador bem informado e corajoso. Tentou silenciar Trotsky através dos agentes mexicanos, Lombardo Toledano, Laborde e outros. E desta vez, aumentou o número de acusados, envolvendo familiares e conhecidos, e utilizando-se, além das prisões, dos métodos da tortura, das mentiras, das falsas promessas de perdão durante os intensos interrogatórios, como forma de envolvê-los numa rede de falsos testemunhos e angariar as provas necessárias contra Trotsky e a Oposição de Esquerda. Finalmente, abriu a ata de acusação dos 21 somente 4 dias antes do tribunal, para não dar tempo às refutações internacionais

Os principais acusados: 1) Ricov, antigo membro do CC e do Politburo (órgão máximo do Estado). Depois da morte de Lênin, foi nomeado chefe de governo, permanecendo 5 anos. 2) Bukarin, antigo membro do CC e do Politburo, redator chefe do jornal Pravda desde 1918 e desde 1926 dirigente da III Internacional. Negou ao marxismo, organizando a Oposição de Direita, e virou chefe do jornal Izvestia. 3) Rakavski, chefe do governo ucraniano, antes de ser embaixador em Paris e Londres. 4) Krestinsky, antigo membro do CC e do Politburo, antecessor de Stálin no CC e depois embaixador em Berlim. 5) Yagoda, dirigente da GPU, homem de confiança de Stálin, que preparou o segundo processo (Zinoviev/Kamenev). Dos 21 acusados, 6 eram membros do governo central, 7 eram antigos membros do CC, 3 pertenciam ao Politburo. Dos 9 que foram membros do Politburo na época de Lênin, homens responsáveis pelo destino da Rússia, somente um não foi acusado: Stálin. Na realidade, os acusados se dividiam em 3 grupos: 1) Oposição de Direita, dirigida por Bukarin, Ricov e Tomsy, antigo presidente dos soviets dos sindicatos, levado ao suicídio em 1936 pelas perseguições. A partir de 1923, este grupo aliou-se a Stálin e luta contra os trotskistas. 2) Ex-membros da Oposição de Esquerda: A exemplo de Krestinsky (em 1927 passou para o lado de Stálin) e Rosengolz (ficou do lado do governo 4 anos).

3) Estalinistas e apolíticos: o exemplo gritante é o do professor Pletnev, que foi detido por crime sexual e aleatoriamente ficou envolvido no processo da oposição (pressão para induzi-lo à confissão). Enfim, todos os nomes internacionalmente conhecidos, dirigentes do partido bolchevique, foram acusados de organizarem centros paralelos terroristas amplos e planejarem matar o insignificante Kirov. E Trotsky acusado de conspirar secretamente com a Alemanha em 1921, pois dirigia o aparato militar. E os planos iniciaram-se em 1918 por Bukarin e Trotsky.

Sobre as torturas: em 24 de janeiro de 1937, na declaração mundial de Moscou, constou-se que Radek indicou Bukarin como conspirador. Na prisão, Bukarin é visitado por Radek, que lhe confessa estar vivo por não contestar as acusações. Na realidade, Radek foi utilizado pela GPU para incitar os prisioneiros. Em fevereiro de 1937, Bukarin e Ricov, são devolvidos à prisão após terem se negado, num plenário do CC, a ajudar a "esmagar seus inimigos, Trotsky e partidários". Bukarin acusa o CC de falsificação. Ainda em 37, Rackovsky (64 anos) foi submetido a inúmeros interrogatórios. Um deles durou 90 horas, sem direito a água e comida. Os interrogatórios eram feitos sob a luz hipnótica de projetores especiais, como forma de enfraquecer a resistência dos detidos. Centenas de parentes, amigos, colaboradores e colegas dos acusados foram detidos e envolvidos numa rede de falsos testemunhos. Muitos foram executados durante a própria instrução e sem processo, por mera decisão da GPU. Os acusados não tinham advogados e nem podiam ver a família. Inclusive, Leo Karajan (diplomata soviético) e Avelu Yenukidz (antigo secretário do comitê executivo dos soviets), na qualidade de espíões, como tinham estreitas relações com os acusados, também foram acusados pelos mesmos crimes e executados, como alerta. O julgamento começou em 2 de março, mas em 28 de fevereiro o jornal Pravda informava que os acusados não escapariam à morte. O Pravda se transformou num jornal pessoal de Stálin, que ditava vereditos. Só os lacaios de Stálin afirmavam que a constituição estalinista era a "mais democrática do mundo". Assim, Stálin e a GPU reuniram condições para a inquisição ser vitoriosa: os acusados interpretariam o papel atribuído "voluntariamente", a GPU conseguiu "provas" (ninguém controlava a GPU!) e o tribunal foi formado pelos agentes bem treinados da GPU.

As falsificações, o extermínio da direção e vanguarda bolchevique e os crimes de Stálin foram revelados mais tarde pela história. Hoje a restauração capitalista na Rússia é de inteira responsabilidade do estalinismo assassino. O extermínio provocou o retrocesso na vanguarda e no movimento operário. Mas as idéias marxistas, encarnadas pela Oposição de Esquerda, não foram exterminadas, continuam vigentes. O trotskismo é o legado para a construção do partido mundial da revolução.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por G. Lora e iniciada no Massas 162

Autocrítica e Fração

Esta questão aparece muito clara quando se trata da existência de frações internas. Já indicamos que o pensamento político dos militantes está submetido a todo um processo de mudanças e é de se esperar que os que sustentem idéias revisionistas as abandonem e retornem à linha partidária, com base nas razões expostas na crítica e na polêmica, pois supõe-se que entre camaradas imperam a honestidade e a valentia. A única forma revolucionária, bolchevique, de superar os desvios políticos e ideológicos consiste em uma severa autocrítica por parte dos camaradas equivocados, o que permitirá que exponham diante do partido as razões de incorrerem nestes desvios e por que mudaram a posição política. O Partido, colocado perante um problema tão agudo, não pode se contentar a que estes camaradas simplesmente abandonem as velhas posições ou se conformem em dizer que as substituíram por outras. É preciso que a crítica seja

radical, para evitar a repetição futura dos erros.

No passado, cometemos o erro de acreditar que os desvios nacionalistas e ultra-esquerdistas estavam superados quando seus sustentadores os abandonaram silenciosamente. O fato é que estas posturas antiporistas e antitrotskyistas voltaram a aflorar assim que a oportunidade foi propícia, demonstrando que não se deve incorrer novamente neste erro. Ninguém deve duvidar que é melhor que todos os militantes retifiquem seus equívocos e retornem ao programa partidário, mas este ato deve se realizar de forma que signifique uma verdadeira superação política e que garanta que os desvios não voltarão a ganhar o primeiro plano. Por estas razões, devemos saber utilizar devidamente a autocrítica, quer dizer, colocá-la a serviço do fortalecimento do partido.

O resultado da crítica e da autocrítica, que constitui parte da experiência partidária, deve-se acumular no arsenal teórico do partido, por isto é imprescindível que deva ser registrado por escrito. A discussão (e portanto a crítica e autocrítica) aparece, quase sempre, carregada de fortes doses de paixão e de personalismo, o que importa para o partido é descobrir, por detrás das aparências, as idéias políticas que as impulsionam.

Obras Completas de G. Lora

Prosseguimos com os resumos dos volumes

Volume XXVII (1970-1971)

Este tomo continua a discutir os principais documentos, entrevistas, panfletos e jornais que o POR boliviano editou durante o governo do general Torres, a transformação do "Comando Político da Classe Operária, Universitários e Povo" na "Assembléia Popular". Neles se encontram: os "Documentos Fundamentais da Assembléia Popular", mostrando o que era e como funcionava o primeiro soviete da América Latina; "Análise Política do Período 1943-1946", que se detém a apresentar a linha dos principais partidos bolivianos nas jornadas de luta da classe operária no início da década de 40 até o Congresso Mineiro que aprovou as Teses de Pulacayo; "Mobilização Revolucionária contra o Gorilismo", texto que busca as origens e a essência do gorilismo castrense na Bolívia, as distintas frações do exército, a necessidade da construção de uma frente de esquerda contra o gorilismo, e os métodos de luta que precisam ser usados para enfrentá-lo, "Golpe Fascista na Bolívia", sobre a queda de Torres. No apêndice, ainda encontramos o "Programa de Luta da Revolução Universitária", as teses da corrente revolucionária estudantil na Universidade de San An-

dres (UMSA).

Volume XXVIII (1971-1972)

Neste volume, é mostrado como a repressão é parte da política imperialista voltada naquele momento para a América. Sobre esse assunto, discorre o texto "Brasil e Argentina sobre Bolívia", também são transcritos os folhetos "A Política Militar do Proletariado" e "Bolívia: da Assembléia Popular ao Golpe Fascista".

Volume XXIX (1973)

Contém textos sobre a consignação dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, comentários sobre o ERP argentino, o Programa da Frente Revolucionária Antiimperialista, artigos sobre a experiência chilena de Allende e o papel do estalinismo nesta.

Volume XXX (1974)

Este volume é iniciado pela reprodução das discussões internas de cunho programático-ideológicas no interior do POR, que deram origem às necessárias atualizações programáticas que constam no "Programa do POR". Também é discutida a questão da Autonomia Universitária, o papel do jornal

Masas como organizador coletivo do Partido, além do informe do XXIII Congresso do POR de 1973.

Volume XXXI (1975)

O volume se inicia com duas importantes obras de formação política para o movimento operário "Curso de Marxismo para Operários" e a "Cartilha do Operário". Dá continuidade aos textos sobre o governo fascista de Banzer, o surgimento da Frente Revolucionária Antiimperialista, com sua declaração "A Frente Revolucionária Antiimperialista assume papel de direção do movimento operário e popular", o ascenso grevista nas minas, que culminaram na Greve de Siglo XX, e a luta contra o posadismo que apresentava uma linha nacional-foquista. Há um estudo de Lora "Sobre a Burguesia Nacional", em que mostra as diferenças entre a burguesia nacional e imperialista, os movimentos nacionalistas, e a submissão deste ao imperialismo. No apêndice, encontramos os textos: "Sindicalismo Revolucionário", sobre como se deve organizar o trabalho sindical do Partido e outro sobre a influência das tendências trabalhistas nos intelectuais bolivianos.



A situação política em que se vive... E agora o que?

(Extraído do Jornal Massas boliviano - nº1654)

Não houve derrota das massas?

Produz-se a derrota das massas no ascenso quando são afogadas em sangue (dá-se um massacre), fenômeno que obriga retroceder os oprimidos, em cujas cabeças renascem idéias conservadoras e até reacionárias. As bases sindicais que combateram até as vésperas se tornam irreconhecíveis. Desconhecem e até repudiam o Partido que seguiram e aplaudiram furosamente ontem.

Quando se tem passado pela experiência vivida pelos trabalhadores da LAB, caminhoneiros, mineiros realocados, a longa greve dos dois magistérios (urbano e rural) que termina com a decisão de uma conferência do setor que levanta a paralisação e o governo consegue rompê-la e despedir inúmeros professores, punidos por um suposto abandono de seus postos de trabalho por seis dias consecutivos, constatamos que não se produziu uma derrota, mas sim uma simples inflexão do movimento das massas.

Os fatos vêm demonstrando que a radicalização dos oprimidos começa a incorporar-se, isso devido à descomunal crise econômica nacional e internacional, à miséria e o desemprego que empurram os bolivianos às ruas para lutar pelos seus interesses mais elementares, todos esperam que amanhã qualquer fato os levem mais adiante. Em resumo: a situação política aparece tipificada porque nem bem se abriram as escolas estalam novos conflitos e se acentua o malestar no âmbito educacional. Já estamos frente à luta nos setores universitários, dos condutores, dos municipais, camponeses e cocaleiros etc.

As lições de ontem e os fatores novos

Durante a greve anterior se apresentaram vários conflitos que, sem dúvida, não conseguiram generalizar-se nem unificar-se, sobretudo como consequência da atitude negativa da burocracia cobista, que ficou totalmente estranha ao movimento grevista. O negativo radicou em que não pode organizar-se as bases em luta para sobrepor a burocracia e unificar a luta.

Os fatos nos ensinam que o magistério (urbano e rural) com a vantagem de ser em grande número em escala nacional e com a desvantagem de não corresponder ao setor produtivo (o governo pode supor uma greve longa de professores ou estudantes e para estes pode ser fatal). O fator negativo pode superar soldando o conflito grevista com o movimento popular, coisa que não se conseguiu fazer na véspera.

Na greve estourou como um fator de grande peso decisivo a ativa participação dos pais dos alunos. Seria equivocado não valorizar devidamente que este novo fator pode atuar de maneira positiva na luta revolucionária.

O governo se equivocou ao acreditar

que o conjunto dos pais de alunos, por ser tais, estavam obrigados a atuar em apoio à reação e ao governo. Confirmando o que se conhecia como tendência potencial (nas situações revolucionárias os pais de alunos assumem atitudes mais revolucionárias que os professores), teve em La Paz, um dia antes da última Conferência docente, uma manifestação numerosa de professores e pais, em que estes últimos se mostraram muito radicalizados em seu repúdio ao governo fascista.

Não poucas vezes tiveram atritos e discrepâncias entre educadores e rurais, mas agora estes últimos seguiram à Conferência de Urbanos.

Perspectivas da luta futura

A luta já iniciada - ainda não se pode precisar qual será o setor que dirigirá - tem uma só possibilidade de vencer: converter-se em popular e assim unificar-se desde as bases até a direção.

A materialização desta perspectiva pode dar-se, precisamente, através dos pais de alunos e de suas organizações. Por esses canais pode chegar até a maioria dos explorados e seus sindicatos, a linha revolucionária que potencia a atividade das Federações dos Mestres, como é o caso de La Paz, Cochabamba, Uncia...

Corresponde que os professores revolucionários politizem e organizem os pais, sobretudo para levar a linha revolucionária até a maioria dos setores de trabalhadores e populares.

Os sindicatos do magistério não resolveram durante o desenvolvimento do conflito nem com sua finalização momentânea. Suas dúvidas, certo pessimismo e oscilações tendem a desaparecer.

A perspectiva certa da luta imediata é que os educadores ganhem as ruas junto com os pais (repetimos que pertencem a diferentes setores sociais de trabalhadores) e assim potenciem sua luta até conseguir a vitória, conhecendo em sua marcha níveis político-sindicais mais elevados do que os anteriores.

A última greve não determinou o retrocesso ou aniquilamento dos sindicatos e as pequenas oscilações que se deram em seu seio já desaparecem, pois se vêm dando ações de resistência e ataque ao governo.

Não se perdeu a tendência que se deu na última greve, a de converter-se em movimento popular. Esta tendência não desapareceu, vem-se convertendo em ponto de arranque da luta que já vem se dando.

Aspectos que não devem esquecer na luta

Tem de começar a realizar-se com energia -desde hoje - um trabalho político-sindical comum com os pais de alunos e os estudantes no seio de suas organizações, ao redor de uma luta política - o povo boliviano desenvolve batalha contra o governo fascista e, de maneira mais concreta, contra a mal chamada "reforma da educação", uma ordem do Banco Mun-

dial, (isto é das multinacionais, do imperialismo) que se desenvolve às costas da educação, da formação da individualidade. Há que assinalar que estamos falando da política e não politiqueria suja, que se concretiza como assalto dos dinheiros públicos e da participação em negócios turvos etc. Em sua aceitação mais elevada é a luta pela revolução social (a substituição da burguesia pelo proletariado no poder, da grande propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social). A formação de revolucionários tem lugar no marco do marxileninismotrotskista.

Dessa maneira se conseguirá que os camaradas mestres e estudantes universitários, depois de doutrinar e politizar os pais de aluno, devem fazer que estes participem nos sindicatos e organizações populares, isso com a finalidade concreta de generalizar a luta iniciada no magistério, que é parte da luta revolucionária.

Não resta dúvida que a início desse trabalho corresponde às células partidárias, que devem dar um salto mais a frente em sua maturação teórico-política e organizativa. A luta política é inconcebível à margem do fortalecimento do Partido Operário Revolucionário, que é a expressão política da consciência de classe do proletariado.

A direção da luta revolucionária nas ruas

A experiência vivida ensina que - diante de uma burocracia cobista incapaz de dirigir a luta antigovernamental - a direção de um movimento geral e radicalizado passa para as mãos dos comitês de organização, agitação, de greve etc, estruturado pelas bases dos sindicatos e particularmente da classe operária.

Há que rechaçar com energia a espécie de que esse trabalho concreto e revolucionário procura impor o paralelismo com a Central Operária Boliviana, a divisão ou a substituição desta organização por outra qualquer.

A COB é uma das gran-

Internacional



des criações revolucionárias dos explorados e oprimidos bolivianos. Os revolucionários a defendemos com intransigência.

Assinalamos que essa defesa para nós quer dizer que a rica tradição ideológica revolucionária -a partir das Teses de Pulacayo - deve concretizar em uma luta precisa contra o gorilismo fascista, contra a opressão imperialista, contra a entrega das empresas públicas e dos recursos naturais ao imperialismo (multinacionais), contra o livre-cambismo e pela imposição do estatismo pelo governo operário-campesino.

Estamos no momento

de ação e não no tempo nem lugar para que nos ocupemos em discussões com os burocratas e com os estilhaços do estalinismo contra-revolucionário.

Buscamos a unidade granítica da COB, ao redor da política do proletariado (cuja finalidade estratégica é a revolução e a ditadura proletária). Reiteremos que a tática fundamental da COB é a ação direta das massas (desde a ocupação das ruas, da greve até a insurreição, que é a luta armada).

Problema militar proletário e trabalho clandestino

Não podemos esquecer que a greve

Bolívia

O Trotskismo no olho da tormenta Durante a greve dos professores

Suspeitosamente os periodistas aconselham aplicar o garrote contra grevistas e poristas:

TV Canal 7 POSDATA

Ipiña (Rapiña): "Eu não compreendo por que não aparece até agora um fiscal que faça respeitar a Lei e suspenda estas paralisações, normalize as escolas.

"Encontro-me dirigindo a universidade privada, que se rege sob o sistema pedagógico construtivista"

"La PRENSA"

C.Mesa: " O Estado deve impor com firmeza sua autoridade, porque do contrário a educação continuará como refém dos trotskistas".

"DE CERCA"

Hoz de Vila: "Não podemos continuar permitindo que os estudantes continuem vítimas dos maus dirigentes do magistério"

C.Mesa: "Mas, por que será que as bases do magistério continuam elegendo como dirigentes os trotskistas, senhor ministro?"

Hoz Vila: "A verdade é que não sei, não compreendo".

A verdade é que os trotskistas são reeleitos em todos os sindicatos, uma e outra vez, porque gozam de confiança das bases por ter demonstrado uma honradez vertical na condução das organizações trabalhistas, valentia e grande inteligência.

(Extraído do Jornal Massas - nº 1655 - POR/Bolívia)

O significado mundial do POR

Na Bolívia, o trotskismo é a direção revolucionária indiscutível, o que explica que seja combatido furiosamente pelo imperialismo, pela burguesia e seu governo, pelo estalinismo, pelos democratizantes, revisionistas e colaboracionistas

Por que se somam este bando de reacionários aos supostos "trotskistas" que perambulam por vários países?

O trotskismo (o POR) boliviano se fortalece diante da queda do estalinismo, que tão abertamente

passou para o campo da burguesia e pretende rebrotar apresentando-se como o campeão do perfeccionismo da democracia dos exploradores.

Esse fenômeno - para nós consequência da justeza da linha colocada por León Trotsky frente ao revisionismo e ao trabalho restaurador do capitalismo cumprido pelo estalinismo - Por que somente se dá na Bolívia e não assim em outros países? A resposta precisa:

Nós, marxistas-leninistas-trotskistas bolivianos temos nos formado como revolucionários assimilando o materialismo dialético e histórico no seio das massas, empenhados em transformar o instinto comunista dos trabalhadores em política revolucionária. Este trabalho nos tem obrigado conhecer nosso país - convertemo-nos em investigadores e propagandísticos,

em bolcheviques - ao revelar as leis do desenvolvimento e transformação do país em que atuamos.

O resultado tem sido o programa da revolução proletária na Bolívia, a concretização das leis da revolução mundial (programa da IV Internacional) as particularidades do país que devemos transformar radicalmente. Esse trabalho deve cumprir-se em todos os rincões do mundo.

Seguros de que a revolução boliviana para triunfar e consolidar-se tem de ser internacional, trabalhamos para pôr em pé a IV Internacional e tal é a missão do Comitê de Enlace, ao qual pertence o POR.

(Extraído do Jornal Massas nº 1655 - Órgão Central do Partido Operário Revolucionário/Bolívia)

Governo fascista procura prender para sempre a revolucionária Vilma Plata

Violando as leis burguesas foi presa e encarcerada durante o conflito grevista, o que importa desconhecimento do direito sindical.

Tem se negado o benefício de liberdade provisória, sob o pretexto de que pesa sobre ela um passado de impressionante agitadora sindical. Para os juizes os direitos a protestos e a luta contra a miséria se convertem nos maiores delitos.

Tanta impostura, própria das ditaduras fascistas, só podem enfurecer os setores populares, que lutam obstinadamente para se libertar.

AS MASSAS RADICALIZADAS LIBERTARÃO VILMA PLATA!

